



## **Democracia e Liberdade em Dahl: os princípios democráticos e os modelos do ideal de democracia**

*Democracy and Freedom in Dahl:  
democratic principles and models of the ideal of democracy*

*Democracia y Libertad en Dahl:  
principios democráticos y modelos del ideal de democracia*

*Démocratie et Liberté chez Dahl:  
principes démocratiques et modèles de l'idéal démocratique*

Efraim Antonio Caprioli<sup>1</sup> e Henrique Lacerda Nieddermeyer<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Graduado em Engenharia pela Universidade de Marília, Marília, SP, Brasil, e licenciado em Física, pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, SP, Brasil; mestre pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, SP, Brasil. Atualmente é doutorando pelo programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Marília, Marília, SP, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-5415-4254> E-mail: [sampamateus@gmail.com](mailto:sampamateus@gmail.com)

<sup>2</sup> Bacharel em Administração pela Universidade Positivo, Londrina, PR, Brasil, mestre em Gestão do Conhecimento pela Universidade Cesumar e doutor em Direito pela Universidade de Marília, Marília, SP, Brasil. Docente do curso de Administração da Universidade de Marília, Marília, SP, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0001-5560-0378> E-mail: [henriquenieddermeyer.ead@unimar.br](mailto:henriquenieddermeyer.ead@unimar.br)

**Resumo**

Robert A. Dahl é um dos pensadores americanos mais importantes do século XX, escreveu sobre democracia e ciências políticas em uma época conturbada pós segunda-guerra mundial. O autor trás em seus escritos as definições do conceito de democracia moderna e institui uma nova forma de conceber o ideal democrático, forma de governo que ele descreve como Poliarquia. O autor é bastante crítico aos teóricos de sociedades e se mostra bastante sensato em suas análises livres de tendencias ideológicas. O presente trabalho almeja descrever a forma como Dahl pensa a democracia, descrever o seu ideal democrático de Poliarquia e comparar de maneira crítica o pensamento de Dahl com as ideias liberais e neoliberais dos séculos XX e XXI. O presente estudo baseia-se em uma pesquisa exploratória, com análise bibliográfica a partir de coleta de dados em material científico atualizado sobre o tema. Formando de maneira descritiva uma base para aqueles que pretendem estudar o conceito de liberdade democrática.

**Palavras-Chave:** Democracia; Poliarquia; Liberdade Econômica; Formas de Governo; Robert A. Dahl.

**Abstract**

Robert A. Dahl is one of the most important American thinkers of the 20th century, writing about democracy and political science in a turbulent time after World War II. The author brings in his writings the definitions of the concept of modern democracy and establishes a new way of conceiving the democratic ideal, a form of government that he describes as Polyarchy. The author is very critical of social theorists and appears to be very sensible in his analyzes free from ideological tendencies. The present work aims to describe the way Dahl thinks about democracy, describe his democratic ideal of Polyarchy and critically compare Dahl's thought with the liberal and neoliberal ideas of the 20th and 21st centuries. The present study is based on exploratory research, with bibliographic analysis based on data collection on updated scientific material on the topic. Descriptively forming a basis for those who intend to study the concept of democratic freedom.

**Keywords:** Democracy; Polyarchy; Economic Freedom; Forms of Government; Robert A. Dahl.

## Resumen

Robert A. Dahl es uno de los pensadores estadounidenses más importantes del siglo XX. Escribió sobre democracia y ciencia política en una época convulsa tras la Segunda Guerra Mundial. En sus escritos, el autor define el concepto de democracia moderna y establece una nueva forma de concebir el ideal democrático, una forma de gobierno que describe como Poliarquía. El autor es muy crítico con los teóricos sociales y se muestra bastante sensato en sus análisis, libres de sesgos ideológicos. El objetivo de este trabajo es describir el pensamiento de Dahl sobre la democracia, describir su ideal democrático de Poliarquía y comparar críticamente el pensamiento de Dahl con las ideas liberales y neoliberales de los siglos XX y XXI. Este estudio se basa en una investigación exploratoria, con un análisis bibliográfico basado en la recopilación de datos de material científico actualizado sobre el tema. Proporciona una base descriptiva para quienes deseen estudiar el concepto de libertad democrática.

**Palabras Clave:** Democracia; Poliarquía; Libertad Económica; Formas de Gobierno; Robert A. Dahl.

## Resumé

Robert A. Dahl est l'un des plus importants penseurs américains du XXe siècle. Il a écrit sur la démocratie et la science politique dans une période troublée après la Seconde Guerre mondiale. Dans ses écrits, l'auteur définit le concept de démocratie moderne et établit une nouvelle façon de concevoir l'idéal démocratique, une forme de gouvernement qu'il décrit comme la polyarchie. L'auteur est très critique à l'égard des théoriciens sociaux et fait preuve de bon sens dans ses analyses, qui sont dépourvues de tout préjugé idéologique. Cet article vise à décrire la façon dont Dahl conçoit la démocratie, à décrire son idéal démocratique de la polyarchie et à comparer de façon critique la pensée de Dahl avec les idées libérales et néolibérales des 20e et 21e siècles. Cette étude est basée sur une recherche exploratoire, avec une analyse bibliographique basée sur la collecte de données à partir d'un matériel scientifique actualisé sur le sujet. Elle fournit une base descriptive pour ceux qui souhaitent étudier le concept de liberté démocratique.

**Mots-Clés:** Démocratie; Polyarchie; Liberté Économique; Formes de Gouvernement; Robert A. Dahl.

## Introdução

---

A busca incessante pela compreensão e aprimoramento da democracia como forma de governo tem sido uma constante na história de nossa sociedade. Fazendo um levantamento histórico podemos voltar as primeiras formas organizacionais das sociedades, para elas, alguns autores denominam como democracia, o fenômeno da tomada de decisão em grupo, seja esse grupo composto por todos os cidadãos, seja um grupo específico, ou apenas por alguns, sendo que ao menos discutam sobre essas decisões. Já para outros autores mais exigentes, os critérios são tão altos que é difícil classificar como democráticas mesmo as formas de governos dos países mais desenvolvidos do século vinte e um.

A democracia, além de ser um sistema político, é um ideal que reflete os valores fundamentais da liberdade, igualdade e participação cidadã (Penko, 2012). Nesse contexto, o trabalho de Robert Dahl emerge como uma referência essencial na análise das dimensões democráticas e dos modelos ideais de democracia. Dahl, renomado cientista político norte-americano, dedicou grande parte de sua carreira ao estudo e à reflexão sobre a democracia, produzindo obras que se tornaram fundamentais para o entendimento desse sistema político complexo.

Este artigo científico se propõe a explorar as obras de Robert Dahl, destacando seus princípios democráticos e os modelos que delineiam seu ideal de democracia. Ao longo das próximas páginas, examinaremos a contribuição de Dahl para o debate contemporâneo sobre a relação intrínseca entre democracia e liberdade, bem como os modelos teóricos que ele desenvolveu para avaliar a qualidade democrática em sociedades diversas.

Para tanto, iniciaremos com uma análise das concepções fundamentais de democracia presentes na obra de Dahl, para, em seguida, explorar seus modelos de democracia poliárquica e democracia ideal, buscando identificar os elementos que compõem a visão do autor sobre a concretização do ideal democrático. Em última instância, este estudo tem como objetivo contribuir para uma compreensão mais aprofundada das bases teóricas que sustentam a democracia como um sistema político que promove a liberdade e a participação dos cidadãos em busca do bem comum.

## 1. A Formação das Sociedades e o Surgimento da Democracia

---

À medida em que os seres humanos começaram a se organizar formando as primeiras sociedades, surgiu o fenômeno, associado à complexidade das relações sociais, da estruturação dessas sociedades. Diferentes formas de se organizar foram surgindo ao longo do tempo, podendo dizer que cada povo à medida que sua população crescia, aumentava a complexidade

das relações sociais em mesmo grau em que se aumentava o número de indivíduos pertencentes a esta sociedade, desenvolvendo a sua própria maneira, a sua forma organização social.

Este desenvolvimento social atinge o ponto em que se observa a necessidade de estipular regras de convívio de modo a dar manutenção a boa convivência dos cidadãos. A este fenômeno, inerente ao desenvolvimento das sociedades humanas, modernamente se conhece como *forma de governo* e dentre as formas de governo que conhecemos a que parece se sair melhor é aquela que chamamos de democracia. Essa é a forma de governo da qual trataremos neste texto, onde pretende-se explorar suas nuances, seus sucessos e suas falhas. É tema sempre atual, especialmente aliando-se aos temas políticos, como eleições ou decisões de maior impacto direto na sociedade, ambiente onde o tema ganha mais relevância alcançando não só a academia como o debate público e as mídias.

A forma de governo mais usual pelas sociedades modernas é também cenário de disputa ideológica e debates acalorados, os frutos da democracia parecem ser os melhores em quesitos estruturantes das sociedades (liberdades individuais, ascensão social, manutenção da lei e ordem, proteção dos direitos básicos, propriedade privada, entre outros) mas ao mesmo tempo não é livre de falhas como o surgimento de injustiças sociais ou pessoas desassistidas. É sobre a análise dessas especificidades, tanto as que tornam a democracia boa, quanto as falhas inerentes aos processos democráticos, que se enfoca este artigo.

Para a confecção deste texto utiliza-se como base, quatro dos principais livros do cientista político norteamericano Robert A. Dahl, sendo esses os livros: “Um prefácio à teoria democrática” (1989); “Sobre a Democracia” (1974); “Poliarquia: Participação E Oposição” (1997) e “A constituição norte-americana é democrática?” (2001), bem como seus principais textos e os textos de seus comentadores. Dahl tem relevância acadêmica e histórico profissional que o tornam um dos principais cientistas políticos de sua época.

Após um breve levantamento histórico do conceito de democracia, busca-se fazer uma análise em três etapas, a primeira de ordem pragmática, voltada ao que se conhece entre as formas de governo, como democracia. Num segundo momento pretende-se analisar o ideal democrático dahliano, em especial o que ele intitula como poliarquia. E por fim compara-se a democracia com algumas ideias liberais, levando esta comparação aos ideais de liberdade.

## 1.1. Introdução à Definição de Democracia Moderna Dahlian

---

A própria definição de democracia é o primeiro ponto que merece especial atenção quando o tema surge ao debate. De fato, este ponto é o mais relevante, afinal o que é democracia? Sua definição se faz essencial, pois ao levantar seus principais pontos, percebe-se que várias formas de democracia já foram propostas, várias formas já tiveram espaço em organizações sociais ao longo dos séculos, tendo até mesmo nos tempos atuais, inúmeras diferenças entre as democracias vigente nos países reconhecidos internacionalmente (Dahl, 1988, 56). Várias formas de democracia também já foram extintas, ou pelo menos várias

sociedades desenvolvidas, passaram por pelo menos um período, em que tiveram formas de governo que foram denominadas como democracia (Hayek, 1985:72).

Fazendo um levantamento histórico podemos voltar as primeiras formas organizacionais das sociedades, para elas, alguns autores denominam como democracia, o fenômeno da tomada de decisão em grupo, seja esse grupo composto por todos os cidadãos, seja um grupo específico, ou apenas por alguns, sendo que ao menos discutam sobre essas decisões. Já para outros autores mais exigentes, os critérios são tão altos que é difícil classificar como democráticas mesmo as formas de governos dos países mais desenvolvidos do século vinte e um (Dahl, 1997: 51).

Alguns autores classificam por exemplo as tribos vikings como sendo democráticas, isto porque nessas sociedades, independente da sua posição na hierarquia social o voto de cada membro da sociedade valia como um. Essa equidade de valor se torna interessante, pois mesmo nos tempos atuais pode-se observar algumas distorções.

Outro exemplo de forma de governança de uma sociedade, que foi chamada de democracia e que merece especial atenção, é a ateniense. Não por outra razão, a democracia ateniense é tão merecedora de estudos, que foi ela mesma quem utilizou o termo pela primeira vez. Na democracia ateniense já se podia observar questões interessante, inclusive falhas que até hoje são apontadas pelos críticos. Os atenienses além de votarem cada um com o peso de um voto, todos tinham espaço para falar em um local público, chamado de *Ágora*, neste local todas as ideias eram ouvidas até que se fazia a votação (Barreiros, 2019: 22).

Já sobre este ponto vale ressaltar que aqui surgem algumas das falhas que perduraram até os tempos atuais. Atenas chegou a ter cerca de 200 mil habitantes, o que é a população de uma cidade média brasileira, se for dado a cada cidadão digamos, 10 minutos para discorrer sobre suas ideias, o tempo necessário para se apresentar todos os pontos sobre aquela ideia, por todos os participantes da sociedade, pode chegar a anos (3 anos e 9 meses aproximadamente com 200 mil habitantes), se levando em consideração os pedidos de réplicas, tréplicas e o que mais puder surgir neste caótico cenário, este tempo poderia crescer a valores ainda mais impraticáveis.

Portanto, o que se observava nesta situação é que apenas algumas pessoas falavam, seja por timidez, por que se viam representadas por outros ou por quaisquer outros motivos pessoais, o fato é que a maioria das pessoas não falavam nesta ocasião. O que surge deste fenômeno, é que a maioria das pessoas simplesmente nem sabiam o que estava sendo decidido, não participavam, pois se preocupavam em ganhar o seu pão de cada dia e não tinham tempo para estas decisões. A lição de Platão (428 – 347 ac) em “*O Político*”, nos ensina que o preço de não se interessar por política é ser governado pelos que se interessam, reflete justamente esse fenômeno, mas afinal como superá-lo? Apesar de nas democracias modernas termos algum grau de superação deste problema, ele ainda pode ser observado nas sociedades atuais. É comum conversar com indivíduos que relatam que nem ao menos se lembram em quem votaram nas últimas eleições, ou que relatam não conhecerem quais são os assuntos da vez na política, ou ainda os indivíduos que acreditam que as decisões políticas não influenciam em suas vidas.

No decorrer dos séculos muitas outras sociedades, além das duas citadas, tiveram alguma forma de democracia, mas o tema ganha relevância novamente após a revolução francesa, onde muitas outras formas de democracia começam a surgir. Mesmo nos tempos atuais tantas outras formas de democracia existem, entre elas, há algumas que são possíveis encontrar mais pontos em comum, mas em outros casos é difícil traçar um paralelo. Sendo assim, em cada

sociedade democrática atual pode-se encontrar um escopo diferente em suas especificidades (Dahl, 1990: 67).

Ainda por motivos históricos podemos dizer que de certa forma todas as democracias modernas bebem da democracia americana, que além de ser a primeira democracia, representativa da forma atual como a conhecemos modernamente, é também a mais duradoura, tendo sido interrompida apenas brevemente no período da guerra civil americana. A democracia americana tem início com a eleição geral de 1856, sendo que, foi interrompida apenas durante a guerra civil americana, que durou dos anos de 1861 até 1865. Sendo que em diversos países a democracia só foi atingida no final do século vinte (Dahl, 1990: 17).

## 2. Desenvolvimento

---

Para fundamentarmos um conceito formal de democracia é necessário levantar alguns pontos, firmando alguns critérios mínimos para se classificar um país como democrático. Dizemos critérios mínimos pois se maximizarmos os critérios, sendo mais exigentes, menos países entraram em nossa classificação. À medida que, se no limite das nossas exigências, aumentarmos demais os critérios, nenhum país seria classificado democrático.

Portanto vamos começar por alguns critérios básicos, esclareço que não existe uma ordem de importância entre esses critérios, todos tem equivalente peso, portanto a ordem em que são comentados não tem nenhum motivo específico.

### 2.1. A Igualdade de Votos

---

Na busca por um conceito mínimo, portanto podemos nomear como democracia, qualquer sistema eleitoral que entenda os votos, como tendo um peso idêntico para cada eleitor. Somente este critério já é capaz de garantir uma igualdade de poder decisório na política dos cidadãos daquela sociedade.

Em uma análise inicial pode parecer que essa definição de pesos iguais é simplória, pois a maioria das democracias aparenta exercer essa igualdade. Porém o que se encontra é que na prática, essa igualdade de peso dos votos é bastante difícil de se alcançar de maneira plena e efetiva. Tomemos primeiramente o caso americano como exemplo, onde nas eleições para presidente, quem realiza os votos, são representante eleitos dos chamados condados, estes representantes vão votar na escolha do presidente, de acordo com o que votou cada cidadão daquele condado, cada indivíduo nesse sistema está transferindo seu voto para o representante (Bobbio, 2013: 157).

Porém existe um fator a se considerar, que faz com que o peso dos votos dos eleitores de alguns condados, sejam maiores do que o de outros condados. Este fenômeno ocorre porque entre os condados americanos, não se mantem a mesma relação matemática entre representantes e cidadãos, isto é, em determinado condado, um representante, representa um número menor de cidadãos do que em outro condado. Em outras palavras, podemos dizer que nas eleições americanas o voto de alguns vale mais que de outros, a depender de quantos habitantes e quantos representantes possui determinado condado.

No sistema eleitoral brasileiro também, podemos apontar para algumas situações em que dificilmente se concluiria que os votos têm o mesmo valor. Tomemos como exemplo as votações na câmara dos deputados federais, onde os 513 deputados federais eleitos pelos eleitores de seus estados, votam sobre assuntos de bastante relevância nacional, como propostas de lei, propostas de emendas constitucionais e destinação de verbas. Durante essas votações cada brasileiro está sendo representado pelo candidato eleito em seu estado, sendo assim os deputados, representando seus estados, votam nas propostas que lhe parecem melhores.

A distorção ocorre se levarmos em conta que os estados brasileiros não mantem a mesma razão matemática entre o número de cidadãos e o número de deputados eleitos. Surgindo o efeito da distorção do peso dos votos, assim como no caso americano. Vale ressaltar que este efeito não aparece em grau elevado e que justamente por isso, não podemos dizer que o Brasil ou os Estados Unidos da América devam ser classificados como um país não democrático por este critério (Dahl, 2004: 42).

## 2.2. A Participação Efetiva

---

Um segundo conceito de igual importância é a participação efetiva dos cidadãos. Para colocar em prática a democracia é necessário que os cidadãos consigam votar, senso assim, é necessário não só que todos os cidadãos tenham o direito ao voto, mas que também tenham direito ao acesso suficiente para exercer este direito, tendo garantias de por exemplo, se deslocar fisicamente para a realização do exercício do direito de voto. Estas regras na prática raramente são garantidas, vejamos alguns pontos que geram a dificuldade em aplicar estas regras.

A primeira garantia que merece a atenção para a participação efetiva de todos os cidadãos é o acesso físico as urnas, podemos citar casos em que os locais de votação são remotos, distantes da população mais pobre, ou o caso em que se criam barreiras para essa votação, como o horário de trabalho de alguns cidadãos ou a ausência sistemática de meios de transporte. Um exemplo que podemos tomar, é a comunidade indígena, no Brasil, em alguns casos, algumas urnas eletrônicas são levadas a comunidades indígenas que não teriam outra forma de acesso a votação, nessas votações especiais, sistemas são desenvolvidos para garantir o acesso de todos. Em alguns países, como os estados unidos por exemplo, são aceitos votos por correios, de maneira a garantir o acesso de todos os cidadãos, mesmo aqueles com maiores dificuldades.

Outro lado da participação política é o acesso à informação, o acesso ao meio para votação, não garante que o eleitor tem conhecimento sobre os candidatos, que o eleitor sabe diferenciá-los ou tem acesso ao conhecimento necessário para fazer um julgo de valores e decidir em quem votar. No caso da comunidade indígena, há acusações de que os membros da comunidade votam sempre no candidato orientado por aqueles que levaram as urnas eletrônicas. Além disso os sistemas de votação, criados para atender essas demandas, comumente geram uma série de problemas. Um caso relativo às eleições americanas, é a eleição à presidência, o ocorrida em 2020, onde grande parte da população teve acesso às eleições por correspondência, devido à pandemia do Covid-19, o que se seguiu desta eleição é um conjunto de manifestações e críticas apontando que essa medida, houvera gerado uma grande quantidade de fraude nas eleições. Outros casos relativos ao acesso ao voto podem ser citados ainda neste tema, o caso é que dificilmente consegue-se que realmente todos os cidadãos consigam votar, de fato, muitos desses casos evidenciam que as falhas que podem ocorrer são muitas, porém, estas falhas devem ser contornadas, de maneira a garantir o funcionamento da democracia (DAHL, 2004, 25).

Outro fator que enriquece a participação política é o grau de liberdade de participação, não só como votantes, mas enquanto candidatos aos cargos disponíveis. O Brasil por exemplo, em um passado não muito distante passou por uma época em que para se candidatar era necessário um conjunto de critérios, onde um deles colocava que para se candidatar deveria ter uma certa quantidade de bens e de renda elevadas. Muito se caminhou na resolução deste problema, hoje qualquer indivíduo tem o direito de se candidatar garantido pela constituição, desde que tenha filiação em um partido e satisfaça alguns mínimos critérios legais.

Outro fator que viabiliza a participação do cidadão, é a existência de um salário nos cargos políticos, de maneira a garantir que independente de sua atividade laboral o cidadão tenha condições de exercer o cargo político, sendo que no passado isto não existia, fazendo com que apenas os mais ricos participassem das decisões políticas. Porém, esta medida dos salários em cargos políticos, leva a um problema em sua decorrência. Devido aos valores destes salários serem elevados, e tenderem a aumentar a cada ano, uma vez que são os próprios políticos que decidem sobre o seu aumento, ocorre que acabam se atraindo pessoas interessadas apenas nestes salários, e no poder decorrente dos cargos (Hayek, 1983: 42).

Apesar da constante evolução e das diferentes tentativas de se superar o problema da falta de efetividade para a participação política. Observa-se que ainda há muito o que se caminhar, hoje para se candidatar, com chances reais de ganhar uma eleição de fato, é necessário um capital político muito grande, isto é, convencer aqueles dentro do partido e ganhar o apoio necessário, o que em geral, cria uma série de acordos e trocas de favores. Esta barreira natural a participação gera o problema da corrupção, que é bastante expressivo não só no Brasil, como na maioria dos países, em especial os menos desenvolvidos.

De fato, podemos ver que aqueles que chegam a disputar os maiores cargos políticos, são desconhecidos da população, estes candidatos muitas vezes nada fizeram na tentativa de mudar a vida do povo ou gerar melhores condições gerais para a sociedade ganhando apenas pelo alto investimento em marketing, em imagem pessoal e no discurso inflamado. Consequência disso são fenômenos como a ausência de eleitores nas urnas, o número de votos nulos e brancos. Via de regra, o número de cidadãos que rejeitam o candidato eleito, é maior que o número de eleitores que o apoiam.

Um quarto ponto de atenção ao acesso à democracia é a questão do sufrágio. A ausência do sufrágio feminino por exemplo, coloca em média a metade da população fora da participação política. Este sufrágio foi tardio em alguns países, que somente atingiram a participação feminina muitos anos após o restante do mundo. Como a Arábia Saudita que atingiu o sufrágio feminino apenas no ano de 2011. Não só o sufrágio feminino, como outros sufrágios também são essenciais, a exemplo, o sufrágio negro. Em alguns países, a população negra chega a ser maior que a população branca, mas mesmo nestes países houve uma demora bastante longa para a efetivação do sufrágio negro. Portanto para que toda a população tenha acesso ao voto é necessário que o sufrágio universal seja atingido, situação, em que todos os cidadãos adultos, livres de condições próprias que os impeçam de votar, possam de fato votar (BOBBIO, 2000, 50).

Novamente realizando o exercício de comparar com a maximização dos critérios democráticos, podemos estender o debate, aplicando englobando ao sufrágio universal, as propostas de sufragistas mais radicais, estendendo o direito ao voto a outras minorias populacionais que hoje não possuem esse direito, como analfabetos, crianças, doentes mentais, cidadãos de outros países vivendo dentro do território nacional, ou ainda cidadãos de outros países, que mesmo nunca tendo vivido no território nacional, sejam influenciados pelas decisões tomadas neste país.

É claro que cada uma dessas propostas sufragistas gera um novo debate que carece de um maior espaço para argumentação. Como por exemplo, a até que grau de doença mental o sufrágio se estenderia, ou de quais maneiras o estrangeiro sendo infetado pelas tomadas, o torna merecedor deste sufrágio. E é precisamente desta forma que se evidencia a importância de se ater ao grau mínimo dos critérios democráticos. Ou em outras palavras, a democracia por ser um objeto de estudo dentro do campo do pragmatismo, requer critérios aplicáveis.

### **2.3. Eleições Periódicas e Constantes**

---

Para um sistema político de governança ser apontado como democrático, um dos critérios básicos, necessários para a sua manutenção, é a ocorrência de eleições periódicas e constantes, pois sem a alternância de poder e de ideias, o que se encontra é o oposto de democracia.

Não seria necessário dizer, mas mesmo que se autointitule como democracia, um governo não é democrático se seus membros não têm um controle do planejamento e dos programas governamentais. Em casos em que não há alternância de poder, ocorre que toda oposição política é suprimida, até o ponto de não haver oposição política, ou de existir de maneira branda e sem poder algum. Nesta configuração, aquilo que o partido dominante decidir será realizado sem muito custo, isto é, sem encontrar as barreiras políticas, que são criadas pela oposição, favorecendo assim, determinados recortes da sociedade. Sejam os membros do partido, seja a classe dominante, ou qualquer outro grupo privilegiado pelo controle oferecido por essas decisões monocráticas.

É difícil teorizar sobre qual a periodicidade certa para a alternância de poder, na prática o que se observa é que o partido possuidor do poder, exerce controle, ou pelo menos, exerce grande influência, sobre importantes agências de controle populacional, são ela a mídia, as grandes empresas, as forças armadas e demais instituições de poder. Sendo assim dificilmente aquele que está no poder, se vê perdendo as eleições seguintes, pois pode potencializar a sua própria campanha de reeleição ou de outro candidato indicado por seu partido ou grupo político.

Por este motivo, de um lado observa-se uma alternância maior de poder em cargos de maior duração, pois desta forma aumenta a percepção geral da população sobre a necessidade da troca de poder, enquanto que, por outro lado, em outros casos observa-se o mesmo em cargos de menor duração, onde acaba ficando mais custoso para o partido possuidor do poder, realizar campanhas gigantescas sem um espaço curto de tempo, o custo da manutenção do capital político exercido sobre as instituições também tendem a aumentar em cargos de menor duração (Dahl, 2004: 20).

Outro fenômeno decorrente do problema da periodicidade em face à novas eleições, é o caso em que o político na primeira metade do seu mandato tende a ser probo com seus compromissos fiscais, enriquecendo os cofres públicos. Enquanto na segunda metade de seu mandato, tende a esbanjar nos gastos públicos, de maneira a atrair os olhos de seus eleitores, demonstrando qualidade em seu trabalho, servindo como campanha eleitoral, porém endividando os cofres públicos.

Por outro lado, a alternância de poder gera instabilidade, pois se em um momento temos um grupo político que preza por determinadas políticas públicas, ao se alternar o grupo detentor do poder, altera consigo as políticas públicas que o grupo preza. Em geral grupos políticos diferentes tendem a ser antagônicos em políticas públicas, justamente por fazer oposição política, de outro modo, não seriam grupos disputantes, mas sim associados. Em geral quando o segundo grupo toma o poder, implanta essas diferentes políticas públicas modificando assim regras jurídicas, fiscais e legais.

Evidente que estes fenômenos são mais acentuados e aparentes quando se trata de cargos do executivo, mas eles não deixam de se manifestar, em diferentes intensidades, para cargos das outras esferas do poder, desde as de maior responsabilidade, quanto as de menor responsabilidade. Em suma, qualquer cargo eletivo sofre das consequências decorrentes destes fenômenos.

Em síntese, podemos dizer que a democracia, vista do ponto de vista do pragmatismo, é uma forma de organização das sociedades que busca atingir um sistema de governo que propicia a participação efetiva, a igualdade de votos, a aquisição de entendimento esclarecido, exercer o controle definitivo do planejamento por todos e a inclusão dos adultos nessas decisões. Esses princípios são importantes para a manutenção da democracia, pois com a violação de qualquer um deles, a igualdade em política se torna em desigualdade.

Cada um desses princípios é necessário, se os membros (por mais limitado que seja seu número) forem politicamente iguais para determinar as políticas da associação. Em outras palavras, quando qualquer das exigências é violada os membros não serão politicamente iguais. (Dahl, 1974: 50)

As palavras de Robert A. Dahl acima citadas, se levadas ao extremo gerariam uma definição de democracia onde nenhum país estaria presente, porém se levadas como objetivos a serem alcançados da melhor maneira possível. As democracias atuais, que aparentemente não sustentam de maneira plena esses critérios, tentam alcançar estes objetivos, o que torna a democracia o melhor e mais livre sistema de governo que já tivemos na história humana. A democracia, apesar de suas falhas, persiste como a melhor forma de enfrentar autocracias e de garantir uma vida digna aos seus cidadãos, respeitando os direitos humanos e gerando associações de proteção internacionais.

## 2.4. A Poliarquia

---

Para o autor Robert A. Dahl, a democracia quando levada a seus critérios mais altos, se tornaria um outro sistema de governo, que de certa forma podemos dizer que seria mais democrático que a própria democracia. A esse sistema ideal Dahl nomeia como Poliarquia.

Em uma análise consequencialista dos textos de Dahl, parece haver uma orientação no sentido de que inevitavelmente as democracias vão evoluir para sistema poliárquicos, de forma que a consequência da democracia, seria a poliarquia. O autor parece entender que as democracias tendem a aprender umas com as outras, e que à medida que o tempo passa, vão se modificando de maneira a tomar uma forma última, onde se encontraria o ideal dos conceitos da própria democracia. Robert A. Dahl entende por poliarquia como a democracia funcionando de maneira plena, para compreender melhor o seu pensamento, é necessário entender quais são as especificidades e como se dá essa forma de organização social, a qual ele coloca o título de poliarquia.

O autor coloca que a poliarquia se divide em quatro fases distintas, divididas com relação ao período eleitoral, sendo a primeira fase relativa ao período de votação, a segunda em relação ao período entre votações ou durante as votações, uma terceira fase referente ao período pós votação e ainda uma quarta fase após o período eleitoral, ou entre duas votações distintas. Seria imprudente tentar definir a duração de cada uma dessas fases, pois essa tarefa não teria muito sucesso, uma vez que em cada sociedade, cada votação, teria suas próprias características.

No período em que ocorre uma votação, todos os membros participantes dessa sociedade, tem o direito de praticar o ato de escolher qual é preferível entre as opções propostas, sejam soluções para problemas pontuais ou ainda candidatos para determinado cargo eletivo. Por consequência podemos inferir que cada membro tem acesso a essa votação e acesso à informação suficiente para essa votação. A contagem desses votos é realizada de maneira a considerar que todos os votos têm valor idêntico. E ainda que a alternativa com maior número de votos é a alternativa escolhida, ou eleita.

No período entre votações qualquer cidadão que perceba uma alternativa viável, ou conjunto de alternativas, preferível as alternativas já propostas, deve ser capaz de inseri-la no rol de alternativas votáveis. Além da alternativa proposta ser colocada na lista de opções aos

outros votantes, esta opção deve ser de pleno conhecimento dos votantes, em outras palavras, todos devem ter acesso à informação suficiente, e idêntica, para conhecer a nova opção inserida.

Durante o período de votações as alternativas mais votadas são vencedoras e substituem as anteriores, trocam-se as alternativas antes em execução e inicia-se novo ciclo com a alternativa nova em vigor. Além disso são dadas as ordens decorrentes das alternativas eleitas e aqueles designados as fazem valem.

No quarto estágio do ciclo da poliarquia, após o período de votações e antes de se iniciar um novo ciclo. As decisões tomadas são subordinadas ou executadas em função das alternativas eleitas no período de votações, ou então abre-se um subciclo para que ocorra nova votação para tomada de decisões.

Robert A. Dahl escreve uma tabulação das normas da poliarquia de maneira a esclarecer e resumir melhor quais são seus parâmetros.

**a. Durante o período de votação:**

1. Todos os membros da organização praticam atos que supomos constituir uma manifestação de preferências entre alternativas apresentadas, isto é, votando.
2. Na tabulação dessas manifestações (votos), é idêntico o peso atribuído à escolha de cada indivíduo.
3. A alternativa com o maior número de votos é declarada vencedora.

**b. Durante o período entre votações:**

1. Cada membro considera um conjunto de alternativas, pelo menos uma das quais acha preferível a qualquer das alternativas apresentadas, pode inserir sua(s) alternativa(s) preferida(s) entre as apresentadas à votação.
2. Todos os indivíduos possuem informações idênticas sobre as alternativas.

**c. Durante o período pós votações:**

1. As alternativas (líderes ou políticas) com o maior número de votos vence todas as demais (líderes ou políticas) contempladas com menos.
2. As ordens dos servidores eleitos são executadas.

**d. Durante o estágio entre votações:**

1. Todas as decisões tomadas entre eleições são subordinadas ou executórias àquelas tomadas durante o período de eleição, isto é, as eleições são, em certo sentido, controladoras;
2. Ou as novas decisões, tomadas durante o período entre eleições, são pautadas pelas sete condições precedentes, operando, no entanto, sob circunstâncias institucionais muito diferentes;
3. Ou ambas as coisas. (Dahl, 1957).

Essas são as condições que, segundo Dahl, tornariam viável uma sociedade poliárquica. Essas condições, parecerem simples, mas difíceis de se manifestarem na realidade, pois dentre os modos de governo que conhecemos, dentre a realidade humana atual, parecem impraticáveis. Apesar disso o autor sustenta que a poliarquia é função do treinamento social em direção a uma

sociedade mais democrática, sendo ela uma função do consenso sobre as normas estabelecidas, e ainda a crença ou o consenso nas normas estabelecidas aumenta em função do funcionamento das próprias normas.

A crença do autor na viabilidade da poliarquia, faz o leitor entender que o sistema por ele proposto, se manifestaria em forma de um ciclo de potencialização do próprio sistema. Porém este tipo de pensamento parece ser frequente dentre os pensadores que em suas teorias formularam um ideal de sociedade. A exemplo os marxistas, comunistas, socialistas, seus derivados e outros sistemas engenhados pela mente humana. Afinal todo ideólogo parte da premissa de que o sistema por ele proposto será o melhor para todos, e que uma vez em funcionamento, seus membros, treinados socialmente pela frequência e funcionabilidade do mesmo, fariam com que o próprio sistema se coloca-se a funcionar de maneira estável politicamente.

Não é pretensão fazer uma crítica generalizada ao autor, face à racionalidade ímpar e imparcial em sua análise sociológica da democracia e das teorias políticas. A análise tampouco desconsidera o sistema poliárquico em si, que o autor jamais propõe uma implantação na sociedade, mas sim, que o defende de maneira brilhante, o colocando como um ideal democrático a ser seguido.

De fato, Robert A. Dahl mostra erudição nos diversos temas sociológicos relacionados aos temas da democracia, sua completa análise e dissecação seria merecedora de não só de poucas páginas, mas de um livro completo.

### 3. A Democracia e a Liberdade

---

Não é nenhum exagero afirmar que, entre as formas de governo já praticadas pelo ser humano, a democracia moderna tem o melhor resultado, sendo que é aquele que mais protege as liberdades individuais, que mais garante a propriedade privada, que mais assegura a validade dos contratos e que além disso consegue gerar um grau aceitável de bem-estar social se regida com responsabilidade. É no contexto do bem-estar social, que entramos no tema da liberdade. Os direitos humanos são os direitos mínimos dos cidadãos, é justamente por ser um tema de importante relevância, gera situações em que o texto de um direito entra em conflito com o texto de outro direito (Bobbio, 2000: 35).

Justamente por esse fato, a democracia ao tentar garantir todos os direitos humanos passa por alguns casos em que deixa à margem do manto de sua proteção alguns desses direitos. Em especial os direitos de liberdade, muito caros aos cidadãos, que uma vez perdido, dificilmente se consegue reconquistar.

Talvez o direito mais difícil de se garantir entre os direitos humanos, seja o citado no artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que define que “Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”

Qualquer sociedade democrática, deve garantir o direito à vida para todos os seus membros, de outra forma, não se sustentariam seus mínimos estipulados anteriormente. Para a garantia da vida é logicamente necessário a garantia de sua segurança pessoal, pois se não há segurança, há o risco a vida do indivíduo. Porém, a palavra liberdade contida no terceiro artigo, parece impossibilitar que a sentença seja pronunciada sem sentir certa estranheza.

Conceitos amplos como os de liberdade, igualdade ou democracia, sempre foram cenário de bastante disputa ideológica, é bastante difícil de definir seus limites ou os seus mínimos. Cada indivíduo tem a sua própria régua para medir o mínimo aceitável de liberdade. Quando se fala em uma sociedade que pretende atender aos anseios dos seus cidadãos, é necessário que ela mantenha o máximo grau de liberdades individuais, desde que essa liberdade não ultrapasse os limites da liberdade alheia, é claro.

Não cabe a este texto passar por toda a propedêutica que antecede a importância da liberdade, mas apenas trazer o conceito para explorar a sua relação com a democracia. Dahl sugere que no amadurecer do processo democrático corre-se o risco de o livre comércio não se sustentar, pois a cada troca de governo, diferentes interferências ocorreriam nos mercados provocando consequências que minimizam as liberdades econômicas.

Dahl também sugere que há uma relação inversamente e progressiva entre o grau de liberdade econômica, e a estabilidade e qualidade da democracia existente nos diversos países. Pegando o próprio estado americano como exemplo, temos um estado que inicia com práticas comerciais bastante livres, com baixíssima interferência estatal, mas que se desenvolveu por um par de séculos e que hoje, a interferência econômica no país é diversas vezes maior que no início. Isto mostra que quanto mais a democracia se desenvolve em um país mais ela estreita a liberdade econômica (Dahl, 1990: 227).

Vários outros autores também observam o fenômeno de que a tendência de qualquer organização democrática é a maximização do controle Estatal (Hobbes, Rousseau, Tocqueville, Wieser, Mises, Hayek, Barbieri, etc.), sendo que é importante não conceber a democracia como inimiga da liberdade econômica, mas sim observar que a liberdade econômica, tem por consequência a estabilidade política, justamente por a organização civil ser interessante à ordem espontânea dos mercados.

Suas leis imanentes (as regras necessárias da concorrência capitalista) determinam a ideia de um processo sem sujeito que culminaria na democracia liberal, a face política da vitória da lógica do mercado (...) ao defender o mercado como o fim da história e como melhor forma de organização das sociedades contemporâneas, (...) importância visceral do Estado na construção e na manutenção da ordem do mercado capitalista (Ganem, 2012: 102).

Dessa forma, é importante observar a importância do incentivo a estabilidade das normas e regras entre as trocas de poder, para que se tenha segurança jurídica, gerando um bom ambiente de negócios. Deve-se, portanto, prezar pela não interferência no mercado, isto é, prezar por um sistema legal capaz de dar manutenção à paz e a proteção à propriedade privada, mas que não interfira na livre concorrência através de práticas intervencionistas como o tabelamento de preços, barreiras comerciais, criação de dificuldades comerciais e alteração das regras vigentes do mercado.

Dessa forma aponta-se que o modelo de controle estatal na economia, é produto de uma sequência de fatores que levam ao crescimento do estado até sua forma mais totalitária,

portanto o grau de liberdade comercial de um país é sinal do quanto aquele país é forte na proteção dos direitos de liberdade (Hayek, 1990).

O controle estatal na economia não só é prejudicial para a liberdade individual, mas também prejudicial para a manutenção da própria democracia em geral. Uma abordagem descentralizada, que observa a falibilidade humanas está em favor de uma democracia madura e forte, baseada em liberdade e não no controle. Com a proteção da concorrência e propriedade privada, como meios mais eficazes de coordenar as atividades econômicas, promover a inovação e preservar a liberdade individual. Embora o papel do Estado na economia seja um assunto de debate contínuo, essa perspectiva se faz importante para o pensamento econômico e político, destacando os riscos do controle estatal na economia.

Dahl, ao analisar a democracia moderna estabelece critérios, de maneira a possibilitar sua classificação. Esses critérios devem ser procurados em seus graus mínimos para se compreender as principais características da democracia. Após esta análise, Dahl parte para uma construção do que seria a democracia em seu maior grau de desenvolvimento, não com o intuito de criar uma sociedade ideal, mas com o objetivo de analisar até onde a democracia pode avançar. A compreensão do autor, se faz relevante para compreender as distorções da democracia nos tempos atuais.

Do ponto de vista do liberalismo a democracia é sem dúvidas o sistema de governo que consegue efetivamente uma maior liberdade econômica, se comparado com outras formas de governo já praticadas em tempos passados. Os mercados atuando em regime de livre concorrência da mesma forma contribuem para um sistema de governo mais democrático.

A ocorrência desta relação simbiótica dentro dos estados democráticos de liberdade é benéfica para uma vida com maior proteção dos direitos humanos. O estudo dos diferentes pontos de vista, entre Dahl e Hayek, através do aprofundamento da leitura de seus textos, mostra que ainda há um caminho a trilhar para se compreender a real interação entre os dois objetos de estudo: democracia e liberdade econômica.

Dahl nos ensinou que a democracia não é um conceito monolítico, mas sim um ideal que pode ser manifestado de diversas formas, dependendo do contexto e das circunstâncias de uma sociedade. Seus princípios democráticos, como a igualdade de voto e a liberdade de expressão, servem como bases sólidas para avaliar a qualidade democrática de um sistema político. Além disso, seu modelo de poliárquia nos ajuda a compreender o ideal de democracia nos incentivando a buscar uma democracia que não apenas garanta procedimentos eleitorais justos, mas também promova uma participação cidadã ativa e uma distribuição equitativa de poder.

No entanto, como qualquer teoria, as ideias de Dahl não são imunes a críticas e desafios. A complexidade da democracia real muitas vezes desafia a aplicação direta de seus modelos idealizados. A crescente polarização política, a desigualdade persistente e as ameaças à liberdade representando desafios significativos para a concretização do ideal democrático.

Nesse sentido, a obra de Dahl nos lembra que a democracia é um projeto contínuo, que exige vigilância constante, engajamento cívico e adaptação às mudanças sociais e políticas. Não devemos nos contentar com um modelo único de democracia, mas sim aspirar a uma democracia que se adapte e evolua para atender às necessidades e aspirações de nossas sociedades em constante transformação.

Portanto, a busca pela democracia e liberdade, como entendidas por Robert Dahl, é um empreendimento fundamental para a promoção do bem-estar humano e da justiça social. Suas

ideias continuam a iluminar o caminho à medida que enfrentamos os desafios do século XXI, na busca por sociedades mais justas, livres e democráticas, onde cada cidadão possa desfrutar dos benefícios plenos da participação ativa e do exercício da liberdade em suas vidas políticas e sociais.

## Considerações Finais

---

Dahl, ao analisar a democracia moderna estabelece critérios, de maneira a possibilitar sua classificação. Esses critérios devem ser procurados em seus graus mínimos para se compreender as principais características da democracia. Após esta análise, Dahl parte para uma construção do que seria a democracia em seu maior grau de desenvolvimento, não com o intuito de criar uma sociedade ideal, mas com o objetivo de analisar até onde a democracia pode avançar. A compreensão do autor, se faz relevante para compreender as distorções da democracia nos tempos atuais.

Do ponto de vista do liberalismo a democracia é sem dúvidas o sistema de governo que consegue efetivamente uma maior liberdade econômica, se comparado com outras formas de governo já praticadas em tempos passados. Os mercados atuando em regime de livre concorrência da mesma forma contribuem para um sistema de governo mais democrático.

A ocorrência desta relação simbiótica dentro dos estados democráticos de liberdade é benéfica para uma vida com maior proteção dos direitos humanos. O estudo dos diferentes pontos de vista, entre Dahl e Hayek, através do aprofundamento da leitura de seus textos, mostra que ainda há um caminho a trilhar para se compreender a real interação entre os dois objetos de estudo: democracia e liberdade econômica.

Dahl nos ensinou que a democracia não é um conceito monolítico, mas sim um ideal que pode ser manifestado de diversas formas, dependendo do contexto e das circunstâncias de uma sociedade. Seus princípios democráticos, como a igualdade de voto e a liberdade de expressão, servem como bases sólidas para avaliar a qualidade democrática de um sistema político. Além disso, seu modelo de poliárquica nos ajuda a compreender o ideal de democracia nos incentivando a buscar uma democracia que não apenas garanta procedimentos eleitorais justos, mas também promova uma participação cidadã ativa e uma distribuição equitativa de poder.

No entanto, como qualquer teoria, as ideias de Dahl não são imunes a críticas e desafios. A complexidade da democracia real muitas vezes desafia a aplicação direta de seus modelos idealizados. A crescente polarização política, a desigualdade persistente e

as ameaças à liberdade representando desafios significativos para a concretização do ideal democrático.

Nesse sentido, a obra de Dahl nos lembra que a democracia é um projeto contínuo, que exige vigilância constante, engajamento cívico e adaptação às mudanças sociais e políticas. Não devemos nos contentar com um modelo único de democracia, mas sim aspirar a uma democracia que se adapte e evolua para atender às necessidades e aspirações de nossas sociedades em constante transformação.

Portanto, a busca pela democracia e liberdade, como entendidas por Robert Dahl, é um empreendimento fundamental para a promoção do bem-estar humano e da justiça social. Suas ideias continuam a iluminar o caminho à medida que enfrentamos os desafios do século XXI, na busca por sociedades mais justas, livres e democráticas, onde cada cidadão possa desfrutar dos benefícios plenos da participação ativa e do exercício da liberdade em suas vidas políticas e sociais.

## Referências Bibliográficas

---

- Dahl, Robert Alan. (1957). The concept of power. *The Behavioral Science*, 2(3), 201-215. Acessado em 15 de abril de 2023, de: [https://welcometorel.wordpress.com/wp-content/uploads/2008/08/conceptpower\\_r-dahl.pdf](https://welcometorel.wordpress.com/wp-content/uploads/2008/08/conceptpower_r-dahl.pdf)
- Dahl, Robert Alan. (1990). *Um prefácio à democracia econômica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Dahl, Robert A. (1992). Porque mercados livres não bastam. *Lua Nova* 28/29, 227-235. Acessado em 15 de abril de 2023, de: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000100010>
- Dahl, Robert Alan. (1998). *Análise política moderna*. Brasília: UnB.
- Dahl, Robert Alan. (2001). *Sobre a democracia*. Brasília: EdUnB.
- Dahl, Robert Alan. (2004a). *La democracia*. *Rev. Encyclopaedia Britannica. POSTData*, 10, 11-55. Acessado em 15 de abril de 2023, de: <https://sociologiapolitica.socials.uba.ar/files/2013/09/Dahl-POstdata.pdf>
- Dahl, Robert Alan. (2004b). *Os sistemas políticos democráticos nos países avançados: Êxitos e desafios*. Em Boron, Atilio A. (org.). *Nova hegemonia mundial: Alternativas de mudança e movimentos sociais*. (pp. 53-72). Buenos Aires: CLACSO.
- Dahl, Robert Alan. (2015). *A Constituição norte-americana é democrática?* São Paulo: FGV.
- Ganem, Angela. (2012). Hayek: da teoria do mercado como ordem espontânea ao mercado como fim da história. *Política & Sociedade*, 11(22), 93-117.
- Hayek, Friedrich August von. (1990). *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.
- Hayek, Friedrich August von. (1983). *Os fundamentos da liberdade*. São Paulo: Visão.
- Hayek, Friedrich August von. (1985). *Direito, legislação e liberdade: Uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política*. São Paulo: Visão.
- Penko, Caio. (2012). Democracia Hoje: Estado, instituições e políticas públicas. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 2(2), 495-514. <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1095.v2p495-514>

Recebido em 22/09/2023.

Aceito em 21/12/2023.